



TESOURO NACIONAL

Boletim

2025

Resultado do Tesouro Nacional

Julho

Vol. 31, N.7 – Publicado em 28/08/2025



Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Dario Carnevali Durigan

Secretaria do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretários

Daniel Cardoso Leal

David Rebelo Athayde

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Marcelo Pereira de Amorim

Maria Betânia Gonçalves Xavier

Rafael Rezende Brigolini

Suzana Teixeira Braga

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Bruno Orsi Teixeira

Guilherme Furtado de Moura

José de Anchieta Semedo Neves

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)

Arte: Hugo Pullen

Telefone: (61) 3412-1843

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 31, n. 7 (Julho, 2025). –

Brasília: STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Tabela 1 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – mês contra mesmo mês do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Julho		Variação (2025/2024)		
	2024	2025	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	221.809,8	243.998,9	22.189,1	10,0%	4,5%
2. Transf. por Repartição de Receita	37.853,8	42.808,2	4.954,4	13,1%	7,5%
3. Receita Líquida (I-II)	183.956,1	201.190,7	17.234,6	9,4%	3,9%
4. Despesa Total	192.823,7	260.315,1	67.491,4	35,0%	28,3%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-8.867,6	-59.124,4	-50.256,8	566,7%	533,6%
Resultado do Tesouro Nacional	13.915,8	-16.130,5	-30.046,3	-	-
Resultado do Banco Central	-327,1	-309,7	17,4	-5,3%	-10,0%
Resultado da Previdência Social	-22.456,3	-42.684,2	-20.227,9	90,1%	80,6%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	13.588,6	-16.440,2	-30.028,8	-	-

Em julho de 2025, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 59,1 bilhões frente a um déficit de R\$ 8,9 bilhões em julho de 2024. Em termos reais, a receita líquida apresentou um acréscimo de R\$ 7,6 bilhões (+3,9%), enquanto a despesa total registrou um aumento de R\$ 57,4 bilhões (+28,3%), quando comparadas a julho de 2024.

Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês

Tabela 2 – Resultado Mês Contra Mês – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Julho		Variação Nominal		Variação Real	
		2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		221.809,8	243.998,9	22.189,1	10,0%	10.598,9	4,5%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		144.394,4	160.807,3	16.412,8	11,4%	8.867,9	5,8%
1.1.1 Imposto de Importação		6.654,9	7.506,6	851,7	12,8%	503,9	7,2%
1.1.2 IPI	1	8.926,8	7.050,3	-1.876,4	-21,0%	-2.342,9	-24,9%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	2	65.040,9	73.253,5	8.212,6	12,6%	4.814,1	7,0%
1.1.4 IOF		5.342,3	6.502,5	1.160,2	21,7%	881,1	15,7%
1.1.5 COFINS	3	26.739,1	31.962,7	5.223,6	19,5%	3.826,4	13,6%
1.1.6 PIS/PASEP		9.522,5	9.020,6	-501,9	-5,3%	-999,5	-10,0%
1.1.7 CSLL	4	18.944,6	21.348,5	2.404,0	12,7%	1.414,1	7,1%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		650,3	258,6	-391,7	-60,2%	-425,7	-62,2%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	5	2.573,1	3.904,0	1.330,8	51,7%	1.196,4	44,2%
1.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	6	50.919,6	55.214,8	4.295,2	8,4%	1.634,5	3,1%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		26.495,8	27.976,8	1.481,1	5,6%	96,6	0,3%
1.4.1 Concessões e Permissões		471,4	498,0	26,5	5,6%	1,9	0,4%
1.4.2 Dividendos e Participações		0,0	0,1	0,1	-	0,1	-
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.407,2	1.559,4	152,2	10,8%	78,6	5,3%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais		15.948,2	16.386,6	438,4	2,7%	-394,9	-2,4%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		2.001,7	2.099,9	98,2	4,9%	-6,4	-0,3%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		2.598,7	2.694,0	95,3	3,7%	-40,5	-1,5%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		9,6	0,0	-9,6	-100,0%	-10,1	-100,0%
1.4.8 Demais Receitas		4.058,8	4.738,8	680,0	16,8%	467,9	11,0%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		37.853,8	42.808,2	4.954,4	13,1%	2.976,5	7,5%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE		32.291,2	34.971,1	2.679,9	8,3%	992,7	2,9%
2.2 Fundos Constitucionais		1.081,1	1.637,1	556,0	51,4%	499,5	43,9%
2.2.1 Repasse Total		1.480,3	1.887,7	407,3	27,5%	330,0	21,2%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-399,2	-250,5	148,6	-37,2%	169,5	-40,4%
2.3 Contribuição do Salário Educação		1.546,5	1.793,9	247,4	16,0%	166,6	10,2%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	7	2.688,9	4.134,4	1.445,5	53,8%	1.305,0	46,1%
2.5 CIDE - Combustíveis		206,8	233,1	26,3	12,7%	15,5	7,1%
2.6 Demais		39,3	38,6	-0,7	-1,7%	-2,7	-6,6%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		183.956,1	201.190,7	17.234,6	9,4%	7.622,5	3,9%
4. DESPESA TOTAL		192.823,7	260.315,1	67.491,4	35,0%	57.415,9	28,3%
4.1 Benefícios Previdenciários	8	73.375,9	97.899,0	24.523,1	33,4%	20.689,0	26,8%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	9	36.604,0	45.419,7	8.815,7	24,1%	6.903,0	17,9%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		30.633,1	68.104,6	37.471,5	122,3%	35.870,8	111,3%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego		9.478,6	9.340,9	-137,8	-1,5%	-633,1	-6,3%
4.3.2 Anistiados		20,0	22,1	2,2	10,8%	1,1	5,3%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM		0,0	124,5	124,5	-	124,5	-
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		64,8	69,5	4,7	7,3%	1,4	2,0%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10	9.392,4	10.991,5	1.599,1	17,0%	1.108,3	11,2%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		9,6	0,0	-9,6	-100,0%	-10,1	-100,0%
4.3.7 Créditos Extraordinários	11	3.183,5	1.292,7	-1.890,8	-59,4%	-2.057,2	-61,4%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		426,8	360,9	-65,9	-15,4%	-88,2	-19,6%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		3.485,6	4.591,7	1.106,2	31,7%	924,0	25,2%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		539,3	458,5	-80,7	-15,0%	-108,9	-19,2%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		1.493,7	1.753,5	259,8	17,4%	181,8	11,6%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		332,1	332,1	0,0	0,0%	-17,4	-5,0%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	12	297,4	35.927,4	35.630,0	-	35.614,5	-
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		1.568,6	2.472,8	904,1	57,6%	822,2	49,8%
4.3.16 Transferências ANA		20,3	15,7	-4,6	-22,5%	-5,6	-26,4%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		197,9	181,8	-16,1	-8,1%	-26,4	-12,7%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		122,5	169,0	46,5	37,9%	40,1	31,1%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		52.210,7	48.891,8	-3.318,9	-6,4%	6.047,0	-11,0%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	13	31.540,6	31.348,7	-191,9	-0,6%	-1.840,0	-5,5%
4.4.2 Discricionárias	14	20.670,0	17.543,1	-3.126,9	-15,1%	-4.207,0	-19,3%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-8.867,6	-59.124,4	-50.256,8	566,7%	-49.793,4	533,6%

Nota 1 – IPI (-R\$ 2.342,9 milhões / -24,9%): redução concentrada em IPI-Outros (-R\$ 698,4 milhões), em parte explicado pela queda na produção industrial (-2,2%), e IPI-Automóveis (-R\$ 1,8 bilhão).

Nota 2 – Imposto sobre a Renda (+R\$ 4.814,1 milhões / +7,0%): reflete, majoritariamente, o crescimento real do IRPJ (+R\$ 4,1 bilhões), que esteve associado às altas nas arrecadações da estimativa mensal (15,6%) e do lucro presumido (+8,2%) e ao recolhimento atípico de R\$ 3,0 bilhões, especialmente relacionado a empresas do setor financeiro.

Nota 3 – Cofins (+R\$ 3.826,4 milhões / +13,6%): em razão, principalmente, do crescimento do volume de serviços no comparativo interanual do mês de junho (2,8%, segundo a PMS-IBGE), da redução das compensações tributárias e da dinâmica favorável da atividade econômica, em especial empresas do setor financeiro e aquelas afetadas por mudanças na legislação setorial e por encerramento de programas de incentivos fiscais.

Nota 4 – CSLL (+R\$ 1.414,1 milhões / +7,1%): ver explicação da Nota 2 sobre o IRPJ.

Nota 5 – Outras Administradas pela RFB (+R\$ 1.196,4 milhões / +44,2%): explicado, em grande medida, pelos recolhimentos atípicos relacionados a loterias e à dívida ativa.

Nota 6 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 1.634,5 milhões / +3,1%): explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento real de 5,0% da massa salarial habitual entre junho de 2024 e junho de 2025; ii) saldo positivo de 166.621 empregos em junho de 2025, segundo o Novo Caged/MTE; iii) aumento real de 0,6% na arrecadação do Simples Nacional previdenciário em julho de 2025 frente à julho de 2024; e iv) reoneração da contribuição patronal dos Municípios e da folha de pagamentos, conforme Lei nº 14.973/2024. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária, bem como pelo efeito sobre a base de julho de 2024 da postergação de pagamentos da contribuição previdenciária (de abril para julho de 2024) e do Simples Nacional (de junho para julho de 2024) para os municípios do Rio Grande do Sul declarados em estado de calamidade pública.

Nota 7 – Transferências de Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 1.305,0 milhões / +46,1%): explicado pela dinâmica das receitas que compõem a base para estas transferências.

Nota 8 – Benefícios Previdenciários (+R\$ 20.689,0 milhões / +26,8%): cerca de 90% desta variação está concentrada no crescimento do item Sentenças Judiciais e Precatórios, cujo cronograma de pagamentos no ano de 2025 se concentrou no mês de julho, enquanto em 2024 se concentrou em fevereiro. Outros fatores que contribuíram, em menor medida neste comparativo, foram o aumento do número de beneficiários do RGPS e a política de reajustes reais do salário-mínimo.

Nota 9 – Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 6.903,0 milhões / +17,9%): aproximadamente 80% desta variação está concentrada no crescimento do item Sentenças Judiciais e Precatórios (explicação similar à Nota 8 sobre o cronograma de pagamentos). Adicionalmente, também reflete o impacto financeiro decorrente dos reajustes concedidos aos servidores civis do Poder Executivo, cujo impacto financeiro iniciou-se a partir de maio de 2025.

Nota 10 – Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV (+R\$ 1.108,3 milhões / +11,2%): resultado reflete o aumento dos pagamentos de Sentenças Judiciais e Precatórios em julho de 2025 (explicação similar à Nota 8 sobre o cronograma de pagamentos), além do crescimento do número de beneficiários e da política de valorização real do salário-mínimo.

Nota 11 – Créditos Extraordinários (-R\$ 2.057,2 milhões / -61,4%): o principal fator explicativo se encontra na realização de despesas com o enfrentamento da calamidade no Rio Grande do Sul em julho de 2024 (R\$ 3,0 bilhões a preços de julho/2025), sem contrapartida de magnitude financeira similar em 2025 com ações de enfrentamento a eventos desta natureza. Em sentido oposto, em julho de 2025 foram pagos R\$ 908,4 milhões (de um total previsto de R\$ 3,3 bilhões) referentes aos ressarcimentos aos pensionistas do INSS, conforme previsto na MP nº 1.306/2025, o que atenuou a queda das despesas nesta rubrica.

Nota 12 – Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) (+R\$ 35.614,5 milhões): elevação explicada, em grande parte, pelo cronograma de pagamentos de precatórios, que em 2025 foi concentrado em julho, enquanto em 2024 concentrou-se em fevereiro.

Nota 13 – Obrigatórias com Controle de Fluxo (-R\$ 1.840,0 milhões / -5,5%): reflete o decréscimo real de pagamentos do Bolsa Família (-R\$ 1,5 bilhão).

Nota 14 – Discricionárias (-R\$ 4.207,0 milhões / -19,3%): redução concentrada nos pagamentos de ações em Demais funções discricionárias do governo (-R\$ 4,6 bilhões).

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Acumulado do Ano Anterior

Tabela 3 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – acumulado contra acumulado do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Jan-Jul		Variação (2025/2024)		
	2024	2025	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	1.531.263,2	1.667.634,0	136.370,8	8,9%	3,5%
2. Transf. por Repartição de Receita	294.912,9	327.867,3	32.954,4	11,2%	5,7%
3. Receita Líquida (1-2)	1.236.350,3	1.339.766,7	103.416,4	8,4%	3,0%
4. Despesa Total	1.312.590,7	1.410.036,9	97.446,2	7,4%	2,0%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-76.240,4	-70.270,2	5.970,2	-7,8%	-14,1%
Resultado do Tesouro Nacional	145.033,5	176.447,3	31.413,8	21,7%	16,1%
Resultado do Banco Central	-596,3	-379,0	217,3	-36,4%	-39,8%
Resultado da Previdência Social	-220.677,6	-246.338,5	-25.660,9	11,6%	6,0%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	144.437,2	176.068,3	31.631,1	21,9%	16,3%

Em relação ao resultado acumulado no período de janeiro a julho de 2025, o Governo Central registrou um déficit de R\$ 70,3 bilhões, frente a um déficit de R\$ 76,2 bilhões em 2024. Em termos reais, a receita líquida apresentou um aumento de R\$ 39,8 bilhões (+3,0%) e a despesa total registrou uma alta de R\$ 28,5 bilhões (+2,0%) em 2025, quando comparadas ao ano anterior.

Resultado Primário do Governo Central Acumulado

Tabela 4 – Resultado Acumulado – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
		2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		1.531.263,2	1.667.634,0	136.370,8	8,9%	57.492,4	3,5%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		990.652,1	1.093.407,0	102.754,9	10,4%	52.049,4	4,9%
1.1.1 Imposto de Importação	1	40.089,4	52.918,1	12.828,6	32,0%	10.898,4	25,6%
1.1.2 IPI		45.818,5	49.589,3	3.770,9	8,2%	1.439,6	3,0%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	2	478.636,8	527.266,6	48.629,7	10,2%	24.091,2	4,7%
1.1.4 IOF		37.425,6	43.340,5	5.914,9	15,8%	3.971,7	10,0%
1.1.5 COFINS		204.257,9	213.930,3	9.672,4	4,7%	-955,2	-0,4%
1.1.6 PIS/PASEP		60.919,1	60.769,4	-149,7	-0,2%	-3.345,2	-5,2%
1.1.7 CSLL		109.053,2	117.497,0	8.443,8	7,7%	2.923,5	2,5%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		2.098,2	1.792,9	-305,4	-14,6%	-416,8	-18,7%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	3	12.353,3	26.303,0	13.949,7	112,9%	13.442,2	102,1%
1.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	4	350.808,0	384.154,5	33.346,5	9,5%	15.153,6	4,1%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		189.803,0	190.072,4	269,4	0,1%	-9.710,6	-4,8%
1.4.1 Concessões e Permissões		3.423,0	3.503,9	80,9	2,4%	-90,1	-2,5%
1.4.2 Dividendos e Participações	5	35.357,0	23.698,9	-11.658,1	-33,0%	-13.600,0	-36,3%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		10.154,8	9.665,6	-489,3	-4,8%	-1.054,4	-9,8%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	6	72.067,8	81.805,9	9.738,0	13,5%	6.086,4	7,9%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		13.721,1	13.840,7	119,6	0,9%	-593,2	-4,1%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		17.652,3	19.641,3	1.989,0	11,3%	1.080,0	5,8%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		51,9	28,4	-23,5	-45,2%	-26,2	-47,8%
1.4.8 Demais Receitas		37.375,0	37.887,7	512,8	1,4%	-1.513,1	-3,8%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		294.912,9	327.867,3	32.954,4	11,2%	17.734,1	5,7%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	7	240.060,3	263.585,8	23.525,5	9,8%	11.112,7	4,4%
2.2 Fundos Constitucionais		6.749,4	9.764,3	3.014,9	44,7%	2.691,1	37,5%
2.2.1 Repasse Total		15.237,2	17.300,3	2.063,1	13,5%	1.284,5	7,9%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-8.487,7	-7.535,9	951,8	-11,2%	1.406,6	-15,6%
2.3 Contribuição do Salário Educação		11.626,2	13.037,3	1.411,1	12,1%	820,6	6,6%
2.4 Exploração de Recursos Naturais		35.231,1	39.992,8	4.761,7	13,5%	2.929,0	7,8%
2.5 CIDE - Combustíveis		635,8	672,1	36,3	5,7%	3,8	0,6%
2.6 Demais		610,0	815,0	204,9	33,6%	176,9	27,2%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		1.236.350,3	1.339.766,7	103.416,4	8,4%	39.758,3	3,0%
4. DESPESA TOTAL		1.312.590,7	1.410.036,9	97.446,2	7,4%	28.531,9	2,0%
4.1 Benefícios Previdenciários	8	571.485,7	630.493,1	59.007,4	10,3%	29.177,3	4,8%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	9	209.781,4	228.924,6	19.143,2	9,1%	8.173,3	3,7%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		221.280,1	248.740,7	27.460,5	12,4%	15.633,3	6,6%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego		56.096,6	60.781,1	4.684,6	8,4%	1.758,0	3,0%
4.3.2 Anistiados		103,5	115,6	12,1	11,6%	6,7	6,1%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM		1.045,4	3.350,1	2.304,7	220,5%	2.293,5	206,1%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		459,4	487,7	28,3	6,2%	4,5	0,9%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10	63.152,9	73.659,5	10.506,6	16,6%	7.290,8	10,9%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		51,9	28,4	-23,5	-45,2%	-26,2	-47,8%
4.3.7 Créditos Extraordinários	11	11.666,7	2.877,9	-8.788,9	-75,3%	-9.434,9	-76,5%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		572,5	527,7	-44,8	-7,8%	-74,4	-12,3%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	12	27.687,5	35.584,6	7.897,1	28,5%	6.575,0	22,3%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		2.574,3	2.994,2	419,9	16,3%	286,4	10,5%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		10.201,4	10.447,3	246,0	2,4%	-295,8	-2,7%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		2.325,0	2.324,4	-0,6	0,0%	-123,1	-5,0%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	13	31.630,5	37.901,8	6.271,4	19,8%	4.123,9	12,2%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		11.337,2	15.287,9	3.950,6	34,8%	3.376,9	28,0%
4.3.16 Transferências ANA		21,0	31,2	10,1	48,2%	9,1	41,1%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		1.357,6	1.162,4	-195,2	-14,4%	-266,0	-18,4%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		996,9	1.179,0	182,1	18,3%	128,9	12,1%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		310.043,5	301.878,6	-8.164,9	-2,6%	24.452,0	-7,4%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		203.948,2	213.609,8	9.661,6	4,7%	-956,1	-0,4%
4.4.2 Discrecionárias	14	106.095,3	88.268,8	-17.826,5	-16,8%	-23.496,0	-20,9%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-76.240,4	-70.270,2	5.970,2	-7,8%	11.226,5	-14,1%

Nota 1 – Imposto de Importação (+R\$ 10.898,4 milhões / +25,6%): crescimento explicado, principalmente, pelos aumentos de 7,4% no valor em dólar (volume) das importações, de 11,0% na taxa média de câmbio e de 10,9% na alíquota média efetiva deste imposto.

Nota 2 – Imposto sobre a Renda (+R\$ 24.091,2 milhões / +4,7%): explicado, em grande parte, pelo crescimento real nos recolhimentos do IRRF (+R\$ 15,1 bilhões), em especial nos itens Rendimentos do Trabalho (+R\$ 7,8 bilhões) e Rendimentos de Residentes no Exterior (+R\$ 7,1 bilhões). Ainda que em menor medida, vale mencionar que tanto o IRPJ quanto o IRPF registraram aumentos reais nos seus recolhimentos, de R\$ 5,9 bilhões e R\$ 3,2 bilhões, respectivamente.

Nota 3 – Outras Administradas pela RFB (+R\$ 13.442,2 milhões / +102,1%): crescimento explicado, principalmente, pelo crescimento real nos recolhimentos da Cide – Remessas ao Exterior, por pagamentos atípicos de participação da União em receitas de loterias e por ajustes na base de 2024 relacionados a reclassificações de receitas assignadas inicialmente nesta rubrica.

Nota 4 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 15.153,6 milhões / +4,1%): explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento real de 6,4% da massa salarial habitual entre dezembro/2023–junho/2024 e dezembro/2024–junho/2025; ii) saldo positivo de 1.222.591 empregos até junho de 2025, segundo o Novo Caged/MTE; iii) aumento real de 4,5% na arrecadação do Simples Nacional previdenciário nos sete primeiros meses de 2025 frente ao mesmo período de 2024; iv) reoneração da contribuição patronal dos Municípios e da folha de pagamentos, conforme Lei nº 14.973/2024; e v) postergação de pagamentos de contribuições previdenciárias com vencimentos em maio e junho de 2024 para agosto e setembro de 2024, respectivamente. Estes efeitos foram parcialmente mitigados pelo crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária.

Nota 5 – Dividendos e Participações (-R\$ 13.600,0 milhões / -36,3%): explicado, principalmente, pelos menores recebimentos da Petrobras (-R\$ 9,1 bilhões) e do BNDES (-R\$ 4,1 bilhões) nos sete primeiros meses de 2025.

Nota 6 – Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 6.086,4 milhões / +7,9%): explicado, em grande parte, pela depreciação da taxa de câmbio e pelo crescimento da arrecadação na área do pré-sal, fatores que compensaram as reduções no preço internacional do barril de petróleo e na produção diária de petróleo.

Nota 7 – Transferências FPM/FPE/IPI-EE (+R\$ 11.112,7 milhões / +4,4%): explicado pela dinâmica dos tributos que compõem a base para estas transferências.

Nota 8 – Benefícios Previdenciários (+R\$ 29.177,3 milhões / +4,8%): cerca de 60% desta variação está concentrada no crescimento do item Sentenças Judiciais e Precatórios, justificado, parcialmente, pelo fato de que os precatórios relacionados à decisão do STF sobre as ADIs 7.047 e 7.064, devidos em 2024, foram antecipados para dezembro de 2023, o que influenciou a base de comparação. Outros fatores que contribuíram foram o aumento do número de beneficiários do RGPS e a política de reajustes reais do salário-mínimo.

Nota 9 – Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 8.173,3 milhões / +3,7%): cerca de 60% desta variação está concentrada no crescimento do item Sentenças Judiciais e Precatórios (explicação similar à Nota 8 sobre a antecipação de pagamentos em dezembro de 2023). Adicionalmente, também reflete o impacto financeiro decorrente dos reajustes concedidos aos servidores civis do Poder Executivo, cujo impacto financeiro iniciou-se a partir de maio de 2025 (inclusive o retroativo ao primeiro quadrimestre).

Nota 10 – Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV (+R\$ 7.290,8 milhões / +10,9%): explicado, majoritariamente, pelo aumento do número de beneficiários e pelos crescimentos reais do salário-mínimo em 2024 e 2025. Outro fator explicativo, em menor medida no resultado acumulado, foi o crescimento do item Sentenças Judiciais e Precatórios, influenciado pela antecipação de pagamentos de precatórios para dezembro de 2023 (ver Nota 8 sobre a antecipação).

Nota 11 – Créditos Extraordinários (-R\$ 9.434,9 milhões / -76,5%): explicado, em grande parte, pela execução de despesas, iniciadas em maio de 2024, para o enfrentamento da calamidade no Rio Grande do Sul (R\$ 10,7 bilhões a preços de julho/2025), sem contrapartida de magnitude financeira similar em 2025 com ações de enfrentamento a eventos desta natureza. No entanto, menciona-se que em julho de 2025 foram iniciados os pagamentos referentes aos ressarcimentos aos pensionistas do INSS (R\$ 908,4 milhões, de um total previsto de R\$ 3,3 bilhões), conforme previsto na MP nº 1.306/2025, o que atenuou na margem a queda nas despesas desta rubrica.

Nota 12 - Fundef/Fundeb - Complementação da União (+R\$ 6.575,0 milhões / +22,3%): elevação explicada pelo desempenho dos impostos que compõem a base de cálculos da cesta de recursos do Fundeb, bem como pelos efeitos da Emenda Constitucional nº 108/2020 e da Lei nº 14.113/2020.

Nota 13 – Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) (+R\$ 4.123,9 milhões / +12,2%): este aumento em relação à base de 2024 pode ser explicado, em parte, pela antecipação para dezembro de 2023 dos pagamentos de precatórios de 2024 no âmbito da decisão do STF sobre as ADIs 7.047 e 7.064.

Nota 14 - Discricionárias (-R\$ 23.496,0 milhões / -20,9%): decorre, principalmente, dos decréscimos reais de pagamentos de ações nas funções Saúde (-R\$ 14,6 bilhões), Educação (-R\$ 2,0 bilhões) e Demais (-R\$ 4,8 bilhões).

Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL ^{1/}	221.809,8	243.998,9	22.189,1	10,0%	10.598,9	4,5%	1.531.263,2	1.667.634,0	136.370,8	8,9%	57.492,4	3,5%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	144.394,4	160.807,3	16.412,8	11,4%	8.867,9	5,8%	990.652,1	1.093.407,0	102.754,9	10,4%	52.049,4	4,9%
1.1.1 Imposto sobre a Importação	6.654,9	7.506,6	851,7	12,8%	503,9	7,2%	40.089,4	52.918,1	12.828,6	32,0%	10.898,4	25,6%
1.1.2 IPI	8.926,8	7.050,3	-1.876,4	-21,0%	-2.342,9	-24,9%	45.818,5	49.589,3	3.770,9	8,2%	1.439,6	3,0%
1.1.2.1 IPI - Fumo	709,4	958,6	249,2	35,1%	212,2	28,4%	4.501,0	6.730,2	2.229,2	49,5%	2.015,3	42,1%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	310,7	303,5	-7,2	-2,3%	-23,4	-7,2%	1.941,4	2.151,6	210,2	10,8%	110,6	5,4%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	2.293,6	575,7	-1.717,9	-74,9%	-1.837,7	-76,1%	6.170,3	4.297,2	-1.873,0	-30,4%	-2.196,2	-33,6%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	2.524,2	2.660,5	136,4	5,4%	4,5	0,2%	15.427,6	18.719,7	3.292,0	21,3%	2.528,7	15,4%
1.1.2.5 IPI - Outros	3.088,9	2.552,0	-537,0	-17,4%	-698,4	-21,5%	17.778,2	17.690,6	-87,6	-0,5%	-1.018,8	-5,4%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	65.040,9	73.253,5	8.212,6	12,6%	4.814,1	7,0%	478.636,8	527.266,6	48.629,7	10,2%	24.091,2	4,7%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	5.489,9	6.305,1	815,2	14,8%	528,4	9,1%	45.050,3	50.586,1	5.535,8	12,3%	3.167,6	6,6%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	32.795,8	38.645,4	5.849,6	17,8%	4.135,9	12,0%	189.152,5	204.607,1	15.454,6	8,2%	5.869,2	2,9%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	26.755,2	28.303,0	1.547,8	5,8%	149,8	0,5%	244.434,0	272.073,3	27.639,3	11,3%	15.054,4	5,8%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.425,2	8.819,1	393,9	4,7%	-46,3	-0,5%	105.812,9	118.965,4	13.152,5	12,4%	7.808,5	6,9%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	9.369,7	10.227,2	857,5	9,2%	367,9	3,7%	83.370,2	86.753,2	3.383,0	4,1%	-1.095,8	-1,2%
1.1.3.3.3 IRRF - Rendimentos de Residentes no Exterior	6.853,5	7.126,1	272,6	4,0%	-85,5	-1,2%	42.259,7	51.410,7	9.151,0	21,7%	7.051,1	15,7%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	2.106,8	2.130,5	23,7	1,1%	-86,3	-3,9%	12.991,3	14.944,1	1.952,8	15,0%	1.290,6	9,3%
1.1.4 IOF	5.342,3	6.502,5	1.160,2	21,7%	881,1	15,7%	37.425,6	43.340,5	5.914,9	15,8%	3.971,7	10,0%
1.1.5 Cofins	26.739,1	31.962,7	5.223,6	19,5%	3.826,4	13,6%	204.257,9	213.930,3	9.672,4	4,7%	-955,2	-0,4%
1.1.6 PIS/Pasep	9.522,5	9.020,6	-501,9	-5,3%	-999,5	-10,0%	60.919,1	60.769,4	-149,7	-0,2%	-3.345,2	-5,2%
1.1.7 CSLL	18.944,6	21.348,5	2.404,0	12,7%	1.414,1	7,1%	109.053,2	117.497,0	8.443,8	7,7%	2.923,5	2,5%
1.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis	650,3	258,6	-391,7	-60,2%	-425,7	-62,2%	2.098,2	1.792,9	-305,4	-14,6%	-416,8	-18,7%
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.573,1	3.904,0	1.330,8	51,7%	1.196,4	44,2%	12.353,3	26.303,0	13.949,7	112,9%	13.442,2	102,1%
1.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	50.919,6	55.214,8	4.295,2	8,4%	1.634,5	3,1%	350.808,0	384.154,5	33.346,5	9,5%	15.153,6	4,1%
1.3.1 Urbana	50.119,7	54.429,8	4.310,1	8,6%	1.691,3	3,2%	345.233,3	374.957,7	29.724,5	8,6%	11.813,1	3,2%
1.3.2 Rural	799,9	785,0	-15,0	-1,9%	-56,7	-6,7%	5.574,8	9.196,8	3.622,0	65,0%	3.340,5	56,4%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	26.495,8	27.976,8	1.481,1	5,6%	96,6	0,3%	189.803,0	190.072,4	269,4	0,1%	-9.710,6	-4,8%
1.4.1 Concessões e Permissões	471,4	498,0	26,5	5,6%	1,9	0,4%	3.423,0	3.503,9	80,9	2,4%	-90,1	-2,5%
1.4.2 Dividendos e Participações	0,0	0,1	0,1	-	0,1	-	35.357,0	23.698,9	-11.658,1	-33,0%	-13.600,0	-36,3%
1.4.2.1 Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	3.701,7	3.052,0	-649,6	-17,5%	-854,9	-21,7%
1.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	155,3	195,8	40,6	26,1%	34,2	20,7%
1.4.2.3 BNDES	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	10.083,2	6.560,7	-3.522,4	-34,9%	-4.079,1	-38,2%
1.4.2.4 Caixa	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	2.792,6	2.771,0	-21,7	-0,8%	-188,7	-6,3%
1.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	268,7	1.174,3	905,6	337,0%	910,7	320,2%
1.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.8 Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	16.073,9	7.911,6	-8.162,3	-50,8%	-9.054,1	-53,1%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1.4.2.9 Demais	0,0	0,1	0,1	-	0,1	-	2.281,7	2.033,4	-248,3	-10,9%	-368,0	-15,2%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.407,2	1.559,4	152,2	10,8%	78,6	5,3%	10.154,8	9.665,6	-489,3	-4,8%	-1.054,4	-9,8%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	15.948,2	16.386,6	438,4	2,7%	-394,9	-2,4%	72.067,8	81.805,9	9.738,0	13,5%	6.086,4	7,9%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	2.001,7	2.099,9	98,2	4,9%	-6,4	-0,3%	13.721,1	13.840,7	119,6	0,9%	-593,2	-4,1%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.598,7	2.694,0	95,3	3,7%	-40,5	-1,5%	17.652,3	19.641,3	1.989,0	11,3%	1.080,0	5,8%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	9,6	0,0	-9,6	-100,0%	-10,1	-100,0%	51,9	28,4	-23,5	-45,2%	-26,2	-47,8%
1.4.8 Demais Receitas	4.058,8	4.738,8	680,0	16,8%	467,9	11,0%	37.375,0	37.887,7	512,8	1,4%	-1.513,1	-3,8%
d/q Operações com Ativos	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA ^{2/}	37.853,8	42.808,2	4.954,4	13,1%	2.976,5	7,5%	294.912,9	327.867,3	32.954,4	11,2%	17.734,1	5,7%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	32.291,2	34.971,1	2.679,9	8,3%	992,7	2,9%	240.060,3	263.585,8	23.525,5	9,8%	11.112,7	4,4%
2.2 Fundos Constitucionais	1.081,1	1.637,1	556,0	51,4%	499,5	43,9%	6.749,4	9.764,3	3.014,9	44,7%	2.691,1	37,5%
2.2.1 Repasse Total	1.480,3	1.887,7	407,3	27,5%	330,0	21,2%	15.237,2	17.300,3	2.063,1	13,5%	1.284,5	7,9%
2.2.2 Superávit dos Fundos	-399,2	-250,5	148,6	-37,2%	169,5	-40,4%	-8.487,7	-7.535,9	951,8	-11,2%	1.406,6	-15,6%
2.3 Contribuição do Salário Educação	1.546,5	1.793,9	247,4	16,0%	166,6	10,2%	11.626,2	13.037,3	1.411,1	12,1%	820,6	6,6%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	2.688,9	4.134,4	1.445,5	53,8%	1.305,0	46,1%	35.231,1	39.992,8	4.761,7	13,5%	2.929,0	7,8%
2.5 CIDE - Combustíveis	206,8	233,1	26,3	12,7%	15,5	7,1%	635,8	672,1	36,3	5,7%	3,8	0,6%
2.6 Demais	39,3	38,6	-0,7	-1,7%	-2,7	-6,6%	610,0	815,0	204,9	33,6%	176,9	27,2%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	183.956,1	201.190,7	17.234,6	9,4%	7.622,5	3,9%	1.236.350,3	1.339.766,7	103.416,4	8,4%	39.758,3	3,0%
4. DESPESA TOTAL ^{2/}	192.823,7	260.315,1	67.491,4	35,0%	57.415,9	28,3%	1.312.590,7	1.410.036,9	97.446,2	7,4%	28.531,9	2,0%
4.1 Benefícios Previdenciários	73.375,9	97.899,0	24.523,1	33,4%	20.689,0	26,8%	571.485,7	630.493,1	59.007,4	10,3%	29.177,3	4,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	58.105,5	77.169,4	19.063,9	32,8%	16.027,7	26,2%	451.934,1	495.745,1	43.810,9	9,7%	20.198,2	4,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.636,2	16.479,6	14.843,4	907,2%	14.757,9	857,2%	10.196,8	24.343,6	14.146,9	138,7%	13.601,6	125,5%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	15.270,4	20.729,7	5.459,2	35,8%	4.661,3	29,0%	119.551,5	134.748,0	15.196,5	12,7%	8.979,1	7,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios	434,8	4.471,7	4.036,9	928,5%	4.014,2	877,4%	2.748,2	6.669,9	3.921,7	142,7%	3.775,3	129,2%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	36.604,0	45.419,7	8.815,7	24,1%	6.903,0	17,9%	209.781,4	228.924,6	19.143,2	9,1%	8.173,3	3,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	216,1	5.900,1	5.684,1	-	5.672,8	-	2.225,2	7.249,1	5.024,0	225,8%	4.896,7	206,7%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	30.633,1	68.104,6	37.471,5	122,3%	35.870,8	111,3%	221.280,1	248.740,7	27.460,5	12,4%	15.633,3	6,6%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	9.478,6	9.340,9	-137,8	-1,5%	-633,1	-6,3%	56.096,6	60.781,1	4.684,6	8,4%	1.758,0	3,0%
Abono	4.524,5	5.060,2	535,7	11,8%	299,3	6,3%	23.878,8	25.208,7	1.330,0	5,6%	56,0	0,2%
Seguro Desemprego	4.954,1	4.280,6	-673,5	-13,6%	-932,4	-17,9%	32.217,8	35.572,4	3.354,6	10,4%	1.702,0	5,0%
d/q Seguro Defeso	367,6	291,2	-76,4	-20,8%	-95,6	-24,7%	3.574,0	5.418,9	1.844,9	51,6%	1.688,1	44,4%
4.3.2 Anistiados	20,0	22,1	2,2	10,8%	1,1	5,3%	103,5	115,6	12,1	11,6%	6,7	6,1%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	124,5	124,5	-	124,5	-	1.045,4	3.350,1	2.304,7	220,5%	2.293,5	206,1%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	64,8	69,5	4,7	7,3%	1,4	2,0%	459,4	487,7	28,3	6,2%	4,5	0,9%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.392,4	10.991,5	1.599,1	17,0%	1.108,3	11,2%	63.152,9	73.659,5	10.506,6	16,6%	7.290,8	10,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	467,0	913,1	446,1	95,5%	421,7	85,8%	2.649,2	3.316,0	666,8	25,2%	532,2	18,9%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	9,6	0,0	-9,6	-100,0%	-10,1	-100,0%	51,9	28,4	-23,5	-45,2%	-26,2	-47,8%
4.3.7 Créditos Extraordinários	3.183,5	1.292,7	-1.890,8	-59,4%	-2.057,2	-61,4%	11.666,7	2.877,9	-8.788,9	-75,3%	-9.434,9	-76,5%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	426,8	360,9	-65,9	-15,4%	-88,2	-19,6%	572,5	527,7	-44,8	-7,8%	-74,4	-12,3%
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	3.485,6	4.591,7	1.106,2	31,7%	924,0	25,2%	27.687,5	35.584,6	7.897,1	28,5%	6.575,0	22,3%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	539,3	458,5	-80,7	-15,0%	-108,9	-19,2%	2.574,3	2.994,2	419,9	16,3%	286,4	10,5%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.493,7	1.753,5	259,8	17,4%	181,8	11,6%	10.201,4	10.447,3	246,0	2,4%	-295,8	-2,7%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,1	332,1	-0,1	0,0%	-17,4	-5,0%	2.325,0	2.324,4	-0,6	0,0%	-123,1	-5,0%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	297,4	35.927,4	35.630,0	-	35.614,5	-	31.630,5	37.901,8	6.271,4	19,8%	4.123,9	12,2%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.568,6	2.472,8	904,1	57,6%	822,2	49,8%	11.337,2	15.287,9	3.950,6	34,8%	3.376,9	28,0%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.068,0	2.474,0	1.406,0	131,6%	1.350,2	120,1%	7.009,3	12.342,4	5.333,1	76,1%	5.003,7	67,0%
Equalização de custeio agropecuário	17,9	141,7	123,8	691,8%	122,9	652,5%	335,2	1.140,3	805,1	240,2%	796,3	223,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{4/}	399,4	757,1	357,7	89,6%	336,8	80,1%	1.746,2	3.545,7	1.799,5	103,1%	1.721,8	92,6%
Política de preços agrícolas	10,4	4,6	-5,8	-55,7%	-6,3	-57,9%	64,7	76,7	12,0	18,5%	9,0	13,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	1,2	1,2	-	1,2	-	0,6	9,5	8,9	-	8,9	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	10,4	3,4	-7,0	-67,4%	-7,5	-69,0%	64,1	67,2	3,1	4,8%	0,0	0,1%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Pronaf	309,2	1.041,9	732,6	236,9%	716,5	220,2%	2.921,1	5.750,4	2.829,3	96,9%	2.697,3	86,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	281,2	971,8	690,6	245,6%	675,9	228,5%	2.789,4	5.512,4	2.723,0	97,6%	2.597,3	87,3%
Concessão de Financiamento ^{5/}	28,1	70,1	42,0	149,6%	40,5	137,2%	131,7	238,0	106,3	80,7%	100,0	71,5%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	125,5	102,0	-23,5	-18,7%	-30,0	-22,7%	443,7	347,7	-96,0	-21,6%	-117,8	-25,0%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	84,3	81,2	-3,1	-3,7%	-7,5	-8,5%	372,9	344,3	-28,7	-7,7%	-47,7	-12,0%
Concessão de Financiamento ^{5/}	41,2	20,8	-20,3	-49,4%	-22,5	-51,9%	70,8	3,5	-67,3	-95,1%	-70,1	-94,2%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{6/}	14,5	5,0	-9,4	-65,3%	-10,2	-67,0%	759,6	34,7	-724,9	-95,4%	-772,8	-95,6%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{5/}	72,4	240,2	167,7	231,6%	163,9	215,1%	233,2	859,7	626,5	268,6%	616,6	248,6%
Funcafé	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	94,8	98,6	3,7	3,9%	-1,2	-1,2%	226,3	193,5	-32,8	-14,5%	-45,0	-18,6%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	1,1	1,0	-0,2	-14,7%	-0,2	-19,0%	6,5	6,1	-0,4	-6,1%	-0,7	-10,8%
Fundo Nacional de desenvolvimento (FND) ^{5/}	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	23,0	77,9	54,9	239,0%	53,7	222,2%	376,6	387,8	11,3	3,0%	-11,5	-2,9%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remun. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	7,8	5,7	-2,1	-26,5%	-2,5	-30,1%	17,5	12,9	-4,7	-26,6%	-5,6	-30,0%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{8/}	-8,0	-1,6	6,4	-80,0%	6,8	-81,0%	-121,4	-13,1	108,3	-89,2%	116,2	-89,7%
Proagro	450,0	0,0	-450,0	-100,0%	-473,5	-100,0%	4.313,2	2.916,0	-1.397,2	-32,4%	-1.642,5	-35,8%
PNAFE	-0,8	-0,9	-0,2	22,3%	-0,1	16,2%	22,1	-58,4	-80,5	-	-82,1	-
Demais Subsídios e Subvenções	51,4	-0,3	-51,7	-	-54,4	-	-7,3	87,8	95,2	-	97,8	-
4.3.16 Transferências ANA	20,3	15,7	-4,6	-22,5%	-5,6	-26,4%	21,0	31,2	10,1	48,2%	9,1	41,1%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.17 Transferências Multas ANEEL	197,9	181,8	-16,1	-8,1%	-26,4	-12,7%	1.357,6	1.162,4	-195,2	-14,4%	-266,0	-18,4%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	122,5	169,0	46,5	37,9%	40,1	31,1%	996,9	1.179,0	182,1	18,3%	128,9	12,1%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.20 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Convênios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Doações	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	52.210,7	48.891,8	-3.318,9	-6,4%	-6.047,0	-11,0%	310.043,5	301.878,6	-8.164,9	-2,6%	-24.452,0	-7,4%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	31.540,6	31.348,7	-191,9	-0,6%	-1.840,0	-5,5%	203.948,2	213.609,8	9.661,6	4,7%	-956,1	-0,4%
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.676,5	1.903,5	227,1	13,5%	139,5	7,9%	10.049,7	11.874,3	1.824,7	18,2%	1.319,6	12,4%
4.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	13.945,0	13.132,4	-812,6	-5,8%	-1.541,2	-10,5%	98.243,6	95.343,5	-2.900,1	-3,0%	-8.109,3	-7,8%
4.4.1.3 Saúde	14.350,3	14.465,3	115,0	0,8%	-634,8	-4,2%	86.596,3	96.468,6	9.872,3	11,4%	5.442,8	5,9%
4.4.1.4 Educação	962,7	707,0	-255,7	-26,6%	-306,0	-30,2%	4.714,8	5.166,6	451,8	9,6%	207,5	4,2%
4.4.1.5 Demais	606,2	1.140,5	534,3	88,1%	502,6	78,8%	4.343,8	4.756,7	412,9	9,5%	183,3	4,0%
4.4.2 Discrecionárias	20.670,0	17.543,1	-3.126,9	-15,1%	-4.207,0	-19,3%	106.095,3	88.268,8	-17.826,5	-16,8%	-23.496,0	-20,9%
4.4.2.1 Saúde	5.757,4	6.165,1	407,7	7,1%	106,8	1,8%	35.960,6	23.311,4	-12.649,1	-35,2%	-14.637,8	-38,4%
4.4.2.2 Educação	2.145,8	2.584,8	438,9	20,5%	326,8	14,5%	16.666,0	15.501,7	-1.164,3	-7,0%	-2.043,3	-11,5%
4.4.2.3 Defesa	1.312,7	912,9	-399,7	-30,5%	-468,3	-33,9%	6.051,8	5.481,3	-570,6	-9,4%	-893,5	-13,9%
4.4.2.4 Transporte	1.746,3	1.576,4	-169,9	-9,7%	-261,2	-14,2%	8.770,9	7.252,1	-1.518,8	-17,3%	-1.988,4	-21,4%
4.4.2.5 Administração	493,3	602,9	109,6	22,2%	83,8	16,2%	3.419,7	3.897,1	477,4	14,0%	301,8	8,3%
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	402,4	1.068,6	666,3	165,6%	645,2	152,4%	3.206,4	5.048,4	1.842,0	57,4%	1.688,7	49,5%
4.4.2.7 Segurança Pública	240,7	337,0	96,4	40,0%	83,8	33,1%	1.765,0	1.879,1	114,2	6,5%	21,6	1,2%
4.4.2.8 Assistência Social	656,4	603,9	-52,5	-8,0%	-86,8	-12,6%	4.747,1	3.870,1	-877,0	-18,5%	-1.136,1	-22,5%
4.4.2.9 Demais	7.915,1	3.691,4	-4.223,6	-53,4%	-4.637,2	-55,7%	25.507,9	22.027,5	-3.480,3	-13,6%	-4.809,0	-17,8%
5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	-8.867,6	-59.124,4	-50.256,8	566,7%	-49.793,4	533,6%	-76.240,4	-70.270,2	5.970,2	-7,8%	11.226,5	-14,1%
6. AJUSTES METODOLÓGICOS	55,1						-71,9					
6.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU ^{9/}	0,0						0,0					
6.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA ^{10/}	55,1						-71,9					
6.3 Ajuste Metodológico Recursos Não Sacados do PIS/PASEP (EC nº 126/	0,0						0,0					
6.4 Ajuste Metodológico Compensações LC nº 194/2022 (pré-Acordo Uniã	0,0						0,0					
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	194,6						-2.945,4					
8. RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)	-8.617,9						-79.257,7					
9. JUROS NOMINAIS ^{13/}	-72.751,1						-478.442,4					
10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9) ^{14/}	-81.368,9						-557.700,2					

Memorando												
Arrecadação Líquida para o RGPS	50.919,6	55.214,8	4.295,2	8,4%	1.634,5	3,1%	350.808,0	384.154,5	33.346,5	9,5%	11.044,8	8,9%
Arrecadação Ordinária	50.919,6	55.214,8	4.295,2	8,4%	1.634,5	3,1%	350.808,0	384.154,5	33.346,5	9,5%	11.044,8	8,9%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Custeio Administrativo	5.245,7	5.992,1	746,4	14,2%	472,3	8,6%	31.690,1	38.079,0	6.388,9	20,2%	4.414,7	19,0%
Investimento	12.103,4	9.118,4	-2.985,0	-24,7%	-3.617,4	-28,4%	43.764,0	37.629,6	-6.134,3	-14,0%	-8.741,2	-13,2%
PAC ^{15/}	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Minha Casa Minha Vida	2.741,2	2.301,0	-440,2	-16,1%	-583,4	-20,2%	6.769,2	7.222,9	453,7	6,7%	57,7	6,3%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição (conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012).

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

5/ Concessão de empréstimos menos retornos.

6/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

7/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

8/ Receitas referentes à devolução de diferencial de encargo, à atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

9/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

10/ Sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto que a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.

11/ Ajuste Metodológico referente ao ingresso de recursos do PIS/Pasep não reclamados por prazo superior a 20 (vinte) anos, nos termos do art. 121 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 126/2022. Enquanto na metodologia acima

12/ Refere-se aos valores das compensações pelas perdas do ICMS no âmbito da LC nº 194/2022 compensados por liminares antes do acordo celebrado entre a União e os Estados e o DF no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.191. Nas estatísticas acima da linha, esses valores foram registrados retroativamente, nos respectivos meses nos quais as parcelas das dívidas efetivamente deixaram de ser pagas à União. Já nas estatísticas abaixo da linha, tal montante impactou em sua totalidade o mês de dezembro/2023, mês no qual ocorreu a baixa dos ativos da União em decorrência das referidas compensações.

13/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 3.2. Transferências e despesas primárias - critério "valor pago" - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	38.234,4	43.004,8	4.770,4	12,5%	2.772,5	6,9%	294.007,2	326.611,7	32.604,5	11,1%	17.412,6	5,6%
1.1 FPM / FPE / IPI-EE	32.291,2	34.971,1	2.679,9	8,3%	992,7	2,9%	240.060,3	263.585,8	23.525,5	9,8%	11.112,6	4,4%
1.2 Fundos Constitucionais	1.081,1	1.637,1	556,0	51,4%	499,5	43,9%	6.749,4	9.764,3	3.014,9	44,7%	2.691,1	37,5%
1.2.1 Repasse Total	1.480,3	1.887,7	407,3	27,5%	330,0	21,2%	15.237,2	17.300,3	2.063,1	13,5%	1.284,5	7,9%
1.2.2 Superávit dos Fundos	- 399,2	- 250,5	148,6	-37,2%	169,5	-40,4%	-8.487,7	-7.535,9	951,8	-11,2%	1.406,6	-15,6%
1.3 Contribuição do Salário Educação	1.546,5	1.793,9	247,4	16,0%	166,6	10,2%	11.626,2	13.037,3	1.411,1	12,1%	820,6	6,6%
1.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais (Compensações Financeiras)	3.069,5	4.330,9	1.261,4	41,1%	1.101,1	34,1%	34.325,4	38.737,2	4.411,8	12,9%	2.607,6	7,1%
1.5 CIDE - Combustíveis	206,8	233,1	26,3	12,7%	15,5	7,1%	635,8	672,1	36,3	5,7%	3,8	0,6%
1.6 Demais	39,3	38,6	- 0,7	-1,7%	2,7	-6,6%	610,0	815,0	204,9	33,6%	176,9	27,2%
1.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.2 Concurso de Prognóstico	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.3 IOF Ouro	0,8	2,5	1,7	217,8%	1,7	202,0%	6,1	24,3	18,2	298,3%	18,0	277,6%
1.6.4 ITR	38,5	36,1	- 2,4	-6,3%	4,4	-10,9%	439,6	660,9	221,3	50,3%	202,3	43,1%
1.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-	164,4	129,8	-34,6	-21,0%	-43,4	-24,8%
1.6.6 Outras	1/ -	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESA TOTAL	192.952,0	260.285,3	67.333,3	34,9%	57.251,1	28,2%	1.312.018,0	1.409.746,4	97.728,4	7,4%	28.847,1	2,1%
2.1 Benefícios Previdenciários	73.351,2	97.793,0	24.441,8	33,3%	20.609,0	26,7%	571.346,0	630.310,1	58.964,1	10,3%	29.141,6	4,8%
2.2 Pessoal e Encargos Sociais	36.628,9	45.382,5	8.753,6	23,9%	6.839,7	17,7%	209.014,9	228.283,3	19.268,4	9,2%	8.344,4	3,8%
2.2.1 Ativo Civil	14.547,0	16.385,4	1.838,4	12,6%	1.078,3	7,0%	92.755,2	101.233,8	8.478,6	9,1%	3.659,8	3,7%
2.2.2 Ativo Militar	3.473,1	3.816,8	343,7	9,9%	162,3	4,4%	20.084,1	20.788,7	704,6	3,5%	-354,8	-1,7%
2.2.3 Aposentadorias e pensões civis	10.985,1	11.666,5	681,4	6,2%	107,4	0,9%	58.113,7	61.927,2	3.813,5	6,6%	774,5	1,3%
2.2.4 Reformas e pensões militares	7.419,3	7.615,2	195,8	2,6%	191,8	-2,5%	36.345,2	37.123,1	777,9	2,1%	-1.135,2	-2,9%
2.2.5 Sentenças e Precatórios	204,4	5.898,7	5.694,2	- 5.683,5	-	-	1.716,6	7.210,5	5.493,9	320,0%	5.400,1	295,7%
2.2.6 Outros	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3 Outras Despesas Obrigatórias	30.654,9	68.102,7	37.447,7	122,2%	35.845,9	111,1%	221.156,8	248.787,3	27.630,5	12,5%	15.811,6	6,7%
2.3.1 Abono e seguro desemprego	9.478,6	9.340,9	- 137,8	-1,5%	633,1	-6,3%	56.096,6	60.781,1	4.684,6	8,4%	1.758,0	3,0%
2.3.2 Anistiados	20,0	22,1	2,2	10,8%	1,1	5,3%	103,6	115,3	11,7	11,3%	6,3	5,7%
2.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	-	124,5	124,5	-	124,5	-	1.045,4	3.350,1	2.304,7	220,5%	2.293,5	206,1%
2.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	61,6	61,3	- 0,4	-0,6%	3,6	-5,5%	424,6	427,7	3,1	0,7%	-19,2	-4,3%
2.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.392,1	10.991,5	1.599,4	17,0%	1.108,6	11,2%	63.152,5	73.659,9	10.507,4	16,6%	7.291,7	10,9%
2.3.5.1 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Benefícios	8.925,4	10.078,4	1.153,0	12,9%	686,6	7,3%	60.503,6	70.344,0	9.840,4	16,3%	6.759,2	10,5%
2.3.5.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Sentenças e Precatórios	466,7	913,1	446,4	95,6%	422,0	85,9%	2.648,9	3.315,9	667,0	25,2%	532,4	18,9%
2.3.6 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	9,6	-	- 9,6	-100,0%	10,1	-100,0%	51,9	28,4	-23,5	-45,2%	-26,2	-47,8%
2.3.7 Créditos Extraordinários	3.172,5	1.302,7	- 1.869,7	-58,9%	2.035,5	-61,0%	11.524,2	2.911,6	-8.612,6	-74,7%	-9.250,3	-75,9%
2.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	426,8	360,9	- 65,9	-15,4%	88,2	-19,6%	572,5	527,7	-44,8	-7,8%	-74,4	-12,3%
2.3.10 FUNDEB (Complem. União)	3.485,6	4.591,7	1.106,2	31,7%	924,0	25,2%	27.687,5	35.584,6	7.897,1	28,5%	6.575,0	22,3%
2.3.11 Fundo Constitucional DF	539,3	458,4	- 80,9	-15,0%	109,1	-19,2%	2.573,9	2.999,9	426,0	16,5%	292,7	10,7%
2.3.12 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	1.495,2	1.695,3	200,2	13,4%	122,1	7,8%	10.052,4	10.230,3	178,0	1,8%	-355,1	-3,3%
2.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,1	332,1	- 0,1	0,0%	17,4	-5,0%	2.325,0	2.324,4	-0,6	0,0%	-123,1	-5,0%
2.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	332,2	35.982,0	35.649,8	-	35.632,4	-	31.834,2	38.185,8	6.351,6	20,0%	4.193,8	12,3%
2.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.568,6	2.472,8	904,1	57,6%	822,1	49,8%	11.337,2	15.287,9	3.950,6	34,8%	3.376,9	28,0%
2.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	17,9	141,7	123,8	691,8%	122,9	652,5%	335,2	1.140,3	805,1	240,2%	796,3	223,0%
2.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	399,4	757,1	357,7	89,6%	336,8	80,1%	1.746,2	3.545,7	1.799,5	103,1%	1.721,8	92,6%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real		
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	
2.3.15.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	1,2	1,2	-	1,2	-	0,6	9,5	8,9	-	8,9	-	
2.3.15.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-	-	-	-	-	-	6,0	0,0	-6,0	-100,0%	-6,5	-100,0%	
2.3.15.5 Garantia à Sustentação de Preços	8,3	3,4	-	4,9	-59,2%	-	5,3	-61,2%	49,9	67,2	17,3	34,6%	
2.3.15.6 Pronaf	311,3	1.041,9		730,5	234,7%		714,3	218,0%	2.929,3	5.750,4	2.821,1	96,3%	
2.3.15.7 Proex	125,5	102,0	-	23,5	-18,7%	-	30,0	-22,7%	443,7	347,7	-96,0	-21,6%	
2.3.15.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	14,5	5,0	-	9,4	-65,3%	-	10,2	-67,0%	759,6	34,7	-724,9	-95,4%	
2.3.15.9 Álcool	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-		
2.3.15.10 Fundo da terra/ INCRA	72,4	240,2		167,7	231,6%		163,9	215,1%	233,2	859,7	626,5	268,6%	
2.3.15.11 Funcafé	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-		
2.3.15.12 Revitaliza	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-		
2.3.15.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	94,8	98,6		3,7	3,9%	-	1,2	-1,2%	226,3	193,5	-32,8	-14,5%	
2.3.15.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	1,1	1,0	-	0,2	-14,7%	-	0,2	-19,0%	6,5	6,1	-0,4	-6,1%	
2.3.15.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	23,0	77,9		54,9	239,0%		53,7	222,2%	376,6	387,8	11,3	3,0%	
2.3.15.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-		
2.3.15.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	7,8	5,7	-	2,1	-26,5%	-	2,5	-30,1%	17,5	12,9	-4,7	-26,6%	
2.3.15.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-	8,0	-	1,6	6,4	-80,0%	6,8	-81,0%	-121,4	-13,1	108,3	-89,2%	
2.3.15.19 Proagro	450,0	-	-	450,0	-100,0%	-	473,5	-100,0%	4.313,2	2.916,0	-1.397,2	-32,4%	
2.3.15.20 PNAFE	-	0,8	-	0,9	0,2	22,3%	-	0,1	16,2%	22,1	-58,4	-80,5	-
2.3.15.21 - Fundo Nacional do Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-		
2.3.15.22 - Sudene (Microcrédito Produtivo Orientado)	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%		
2.3.15.23 - Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-		
2.3.15.24 - Securitização da dívida agrícola (Lei 9.318/1595)	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-		
2.3.15.25 - Capitalização à Emgea	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-		
2.3.15.26 - Cacau	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-		
2.3.15.27 Demais Subsídios e Subvenções	51,4	-	0,3	-	51,7	-	54,4	-	-7,3	87,8	95,2	-	
2.3.16 Transferências ANA	20,3	15,7	-	4,6	-22,5%	-	5,6	-26,4%	21,0	31,2	10,1	48,2%	
2.3.17 Transferências Multas ANEEL	197,9	181,8	-	16,1	-8,1%	-	26,4	-12,7%	1.357,6	1.162,4	-195,2	-14,4%	
2.3.18 Impacto Primário do FIES	122,5	169,0		46,5	37,9%		40,1	31,1%	996,9	1.179,0	182,1	18,3%	
2.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-		
2.3.20 Demais	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-		
2.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	52.317,0	49.007,1	-	3.309,9	-6,3%	-	6.043,6	-11,0%	310.500,4	302.365,8	-8.134,6	-2,6%	
2.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	31.632,2	31.414,1	-	218,1	-0,7%	-	1.870,9	-5,6%	204.051,1	213.540,1	9.488,9	4,7%	
2.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.681,3	1.907,5		226,2	13,5%		138,3	7,8%	10.056,5	11.871,0	1.814,6	18,0%	
2.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	13.985,4	13.159,8	-	825,6	-5,9%	-	1.556,4	-10,6%	98.291,3	95.309,8	-2.981,5	-3,0%	
2.4.1.3 Saúde	14.391,9	14.495,5		103,6	0,7%	-	648,5	-4,3%	86.640,4	96.437,4	9.797,0	11,3%	
2.4.1.4 Educação	965,5	708,5	-	257,0	-26,6%	-	307,5	-30,3%	4.717,6	5.165,6	448,0	9,5%	
2.4.1.5 Demais	608,0	1.142,9		534,9	88,0%		503,1	78,6%	4.345,4	4.756,2	410,8	9,5%	
2.4.2 Discrecionárias	20.684,8	17.593,0	-	3.091,8	-14,9%	-	4.172,6	-19,2%	106.449,2	88.825,7	-17.623,5	-16,6%	
2.4.2.1 Saúde	5.761,5	6.182,6		421,1	7,3%		120,0	2,0%	35.993,1	23.440,8	-12.552,3	-34,9%	
2.4.2.2 Educação	2.147,4	2.592,1		444,7	20,7%		332,5	14,7%	16.748,3	15.593,8	-1.154,6	-6,9%	
2.4.2.3 Defesa	1.313,6	915,5	-	398,1	-30,3%	-	466,7	-33,8%	6.081,0	5.512,9	-568,1	-9,3%	
2.4.2.4 Transporte	1.747,6	1.580,9	-	166,7	-9,5%	-	258,0	-14,0%	8.814,5	7.295,1	-1.519,4	-17,2%	
2.4.2.5 Administração	493,6	604,6		111,0	22,5%		85,2	16,4%	3.439,1	3.914,2	475,1	13,8%	
2.4.2.6 Ciência e Tecnologia	402,6	1.071,7		669,0	166,2%		648,0	152,9%	3.224,9	5.074,5	1.849,6	57,4%	
2.4.2.7 Segurança Pública	240,8	338,0		97,2	40,3%		84,6	33,4%	1.774,7	1.889,3	114,6	6,5%	
2.4.2.8 Assistência Social	656,9	605,7	-	51,2	-7,8%	-	85,5	-12,4%	4.771,7	3.898,7	-873,0	-18,3%	
2.4.2.9 Demais	7.920,7	3.701,9	-	4.218,8	-53,3%	-	4.632,7	-55,6%	25.602,0	22.206,5	-3.395,5	-13,3%	

Discriminação Memorando	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real			
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %		
m. Créditos Extraordinários	3.172,5	1.302,7	-	1.869,7	-58,9%	-	2.035,5	-61,0%	11.524,2	2.911,6	-8.612,6	-74,7%	-9.250,3	-75,9%
m.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo (Créditos Extraordinários)	78,9	911,2		832,4	-	828,2	997,8%	348,6	974,1	625,5	179,4%	606,7	164,6%	
m.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores públicos (Créditos Extraordinários)	0,9	-	-	0,9	-100,0%	-	1,0	-100,0%	1,0	0,0	-1,0	-95,5%	-1,0	-95,7%
m.1.2 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Bolsa Família e Auxílio Brasil (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
m.1.3 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Saúde (Créditos Extraordinários)	70,1	1,1	-	69,0	-98,4%	-	72,6	-98,5%	297,5	33,4	-264,0	-88,8%	-280,7	-89,2%
m.1.4 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Educação (Créditos Extraordinários)	0,4	0,6		0,2	70,7%		0,2	62,2%	32,6	28,9	-3,8	-11,6%	-4,9	-14,1%
m.1.5 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Demais (Créditos Extraordinários)	7,5	909,5		902,0	-	901,6	-	17,5	911,8	894,3	-	893,3	-	
m.2 - Discricionárias (Créditos Extraordinários)	3.093,6	391,5	-	2.702,1	-87,3%	-	2.863,7	-88,0%	11.175,6	1.937,5	-9.238,1	-82,7%	-9.857,0	-83,4%
m.2.1 - Discricionárias - Saúde (Créditos Extraordinários)	4,9	7,7		2,8	57,7%		2,6	49,9%	21,3	98,2	76,9	361,0%	76,1	333,9%
m.2.2 - Discricionárias - Educação (Créditos Extraordinários)	2,5	8,3		5,8	230,4%		5,6	214,0%	2,7	27,9	25,2	921,9%	25,2	877,4%
m.2.3 - Discricionárias - Defesa (Créditos Extraordinários)	133,6	36,2	-	97,4	-72,9%	-	104,4	-74,2%	241,3	348,3	107,0	44,3%	97,1	38,1%
m.2.4 - Discricionárias - Transporte (Créditos Extraordinários)	10,8	77,8		67,1	622,2%		66,5	586,3%	47,5	362,0	314,5	662,0%	315,0	627,5%
m.2.5 - Discricionárias - Administração (Créditos Extraordinários)	30,4	2,2	-	28,2	-92,8%	-	29,8	-93,2%	30,4	5,3	-25,1	-82,6%	-26,6	-83,3%
m.2.6 - Discricionárias - Ciência e Tecnologia (Créditos Extraordinários)	-	0,9		0,9	-		0,9	-	0,0	0,9	0,9	-	0,9	-
m.2.7 - Discricionárias - Segurança Pública (Créditos Extraordinários)	158,4	105,1	-	53,3	-33,7%	-	61,6	-36,9%	2.747,8	481,8	-2.266,0	-82,5%	-2.422,1	-83,3%
m.2.8 - Discricionárias - Assistência Social (Créditos Extraordinários)	38,3	66,4		28,1	73,3%		26,1	64,7%	242,6	172,3	-70,4	-29,0%	-83,8	-32,5%
m.2.9 - Discricionárias - Demais (Créditos Extraordinários)	2.714,6	86,8	-	2.627,8	-96,8%	-	2.769,7	-97,0%	7.841,9	440,9	-7.401,0	-94,4%	-7.838,9	-94,6%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Refere-se à transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes da cessão onerosa.

2/ Corresponde à somatória de dois itens: i) pagamento à Petrobras decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa e ii) transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.